

Conselho de Administração
Presidente: Walter Fontana Filho
Membros: Fernando C. Mesquita, Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Getúlio Luiz de Alencar e Júlio César Mesquita

Opinião
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Diretor Presidente: Francisco Mesquita Neto
Diretor Executivo Litorâneo e Operações: Christiano Nygaard
Diretor do Mercado Anunciante: Flávio Restana
Diretor de Desenvolvimento Editorial: Roberto Gazzoli
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gaudêncio
Diretora de Mídia Leitor e Operações: Maria Aparecida Damasco
Diretor de Mídia Anunciante: Flávio Restana
Diretor Financeiro: Jorge Cassemiro
Diretor de Recursos Humanos: Flávio de Blazzi
Diretora de Comunicação: Mariana Uemura Sampaio
Diretor de Tecnologia: Nelson Garcez

estadão.com.br
A versão na Internet de
O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

Um apelo à unidade nacional



Tem razão o vice-presidente Michel Temer quando tenta minimizar as percepções das declarações de Dilma Rousseff sobre o "golpismo" por detrás da possibilidade de impeachment e faz um apelo à "unidade nacional" que se impõe para superar a presente crise. Na manhã de quarta-feira, no exercício da chefia interina do governo devido à viagem da titular à Rússia e à Itália, Temer fôr católico: "Não devemos discutir esse tema (golpe). A oposição existe também para ajudar a governar, mesmo quando critica. Temos que fazer uma grande unidade nacional. Mais do que nunca é necessário o pensamento conjugado dos vários setores da nacionalidade".

Feito o desconto para o fato de eventualmente se encontrar na posição de even-

tual beneficiário de um desdobramento da crise que envolva o afastamento de Dilma, a observação de Michel Temer é pertinente, na medida em que coloca em foco uma questão que está acima das conveniências transitórias de partidos ou lideranças políticas: a governabilidade indispensável à preservação dos interesses "dos vários setores da nacionalidade", ou seja, do conjunto da sociedade brasileira.

Está implicada na declaração de Temer o repúdio à tese do "golpismo", usada por Dilma para se fazer de vítima e pelo PT para exercitar o ataque como melhor defesa. Afinal, nunca é demais repetir, a possibilidade de afastamento da presidente da República não é a causa da atual crise, mas simplesmente sua consequência natural no campo político. O governo colocou o País no buraco em que se encontra. É natural, portanto, a hipótese de mudança de gover-

no, uma medida extrema no regime presidencialista, mas perfeitamente legítima se observadas as normas constitucionais. O fato de apenas 9% dos brasileiros aprovarem o governo Dilma, se não justificava legal para seu afastamento, pelo menos era condição sociopolítica favorável para o encaminhamento constitucional dessa medida extrema. Num regime parlamentarista a troca de governo já teria acontecido naturalmente.

Justiça seja feita ao vice-presidente da República, ele tem feito o possível para conciliar o que a cada dia parece mais impraticável: a lealdade de Dilma Rousseff como seu aliado, com os interesses políticos de seu PMDB, o maior partido da base de apoio ao governo, do qual é presidente honorário. É fácil de imaginar a enorme capacidade de contemporização e de engolir sapos que se exige de quem se associa a um partido no

poder que prima pela soberba e o desdém pelos aliados. O indiscutível boicote do PT e de ministros de Estado ao papel de articulador político atribuído a Temer por uma presidente da República em desespero é uma demonstração eloquente do alto preço imposto aos partidos aliados do governo pelas benesses decorrentes do compartilhamento do poder – que no caso do PMDB, à frente de seis Ministérios, não são nada desprezíveis.

A difícil quadra da vida nacional, no entanto, impõe às lideranças políticas sacrifícios e a capacidade de olhar para a frente em busca dos caminhos da prosperidade econômica e social que os atuais responsáveis pelos destinos do País deixaram escapar por entre os dedos. E, dessa perspectiva, a responsabilidade – ou a culpa – de Michel Temer e de seu partido pelo que acontece pode ser considerada menor, apenas do que

Demagogia no zoneamento

No projeto de revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, ou do Zoneamento, o prefeito Fernando Haddad mais uma vez não resiste à tentativa de politizar questões técnicas. Em resposta às críticas feitas a um dos itens do projeto enviado à Câmara Municipal – o que facilita a instalação de comércio e serviços em tradicionais bairros residenciais da cidade –, ele volta a apelar para o recurso demagógico do "nós", a parcela da população da qual se julga o porta-voz, e que confunde com os pobres, contra "eles", a outra que seria de ricos e privilegiados. Uma simplificação grossa, torta, destinada a conseguir votos fomentando resentimentos.

O projeto prevê a criação de Zonas Corredor (ZCor) em ruas e avenidas daqueles bairros nas quais serão permitidas atividades de comércio e serviços. Nos Jardins, estavam previstas inicialmente ZCors em 12 vias, reduzidas para 11 como pequena concessão a reação dos moradores da região. No restante da cidade estavam previstas ZCors em 45 vias que cruzam bairros como Moema, na zona sul, e Pinheiros, Lapa e Perdizes, na zona oeste.

A resposta de Haddad à polêmica suscitada por sua proposta foi que "a cidade tem 17 mil quilômetros de vias e estamos discutindo 17 quilômetros (nos Jardins), 99,9% estão fora da discussão. Não podemos transformar 0,1% das vias em uma

questão que não permite conciliação". E acrescentou: "Sei que tem vereador que só pensa no seu quartieró. Mas não é (esse) o papel do Executivo Municipal. O Executivo representa 100%, não 0,1%".

O prefeito confundiu as colas de forma deliberada e claramente maldosa. A criação das ZCors não diz respeito apenas a esse ou aquele vereador ou grupo de moradores, e ele sabe muito bem disso. Bairros como os que serão afetados por essa medida, especialmente os Jardins, são importantes áreas verdes numa cidade das tão caras, cuja preservação, por si só, mesmo não interessa a pessoas moradoras, mas a toda a população.

Não se trata, pois, de satisfazer a "elite" ou "ricos", para utilizar categorias a que o prefeito e seu partido, o PT, apelam sempre com intenção depreciativa, mas de defender o interesse público. Tanto quanto seus moradores é toda a cidade que ganha com a preservação daqueles bairros. E dizer que o Executivo – nessa ou em qualquer questão – representa 100% do interesse da cidade é um disparate. É fácil de imaginar que os vereadores pensam disso, embora muitos, por conveniente política, não digam.

Também quanto aos aspectos técnicos do problema, que ele procura dessa forma politizar, a posição de Haddad não é das melhores. É evidente que a cidade muda, o que impõe alterações periódicas nas regras de uso e ocupação do solo. O pro-

blema, no caso das ZCors, é que as mudanças com que se procura justificá-las – a proliferação de comércio e serviços nos bairros estritamente residenciais – resultaram da incapacidade ou da falta de determinação do poder público de fiscalizar com rigor o cumprimento da lei que probe ali aquelas atividades.

Só depois de constatar que malogrado o efetivo empenho – que não houve – em fazer respeitar as regras que se pode pensar em alterá-las. Do contrário, consagra-se a prática do fato consumado. Foi o que aconteceu em vias importantes dos Jardins e de outros bairros residenciais, onde nos últimos anos se instalaram negócios irregulares sob as barbas de autoridades emissas.

Se antes foi assim, é fácil de imaginar como será agora com a liberação do comércio e serviços nas ZCors. O mais provável, como mostra a experiência, é que elas se multiplicem pelas adjacências, accelerando a deterioração das áreas verdes dos bairros atingidos. Por essa pirraça que Haddad quer fazer aí os "ricos" a cidade poderá pagar um alto preço.

Ainda é possível corrigir esse erro do projeto do prefeito, dando uma solução mais técnica, sébia e sem visão política e ideológico ao problema da necessária adaptação do desenvolvimento urbano às novas realidades da cidade. Isso pode ser feito durante as 40 audiências públicas que serão realizadas para discutir o projeto, cuja votação está prevista para o fim do ano.

o objetivo maior da oposição. É tudo o que um País dividido, destruído por Lula/Dilma, precisa para voltar a crescer em direção ao Primeiro Mundo.

MARIA HELENA CABRAL
mhc@especial.com.br
São Paulo

JUSTIÇA ELEITORAL O poder do TSE

Se a maioria dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) constatar ilegalidades na campanha de Dilma Rousseff, cuja pena é a destituição do cargo, assim como em relação ao vice-presidente, para que não se alegue um "golpe", a exemplo do episódio paraguaio do afastamento de Fernando Lugo (poucos magistrados a destituir o presidente da República), é hora de reduzir os poderes jurisdicionais do TSE e convertê-lo num órgão meramente instrutor do Poder. Sob idêntico raciocínio jurídico, como podem continuar

exercendo o poder de afastar prefeitos e governadores?

AMADEU R. GARRIDO DE PAULA
amadeur.garrido@uol.com.br
São Paulo

NINHO TUCANO Racionamento

Governador Geraldo Alckmin, pare de enganar a população. No Jardim Bonfiglioli o racionamento chegou forte e não temos água nem na caixa.

MAURÍCIO LIMA
mapel@uol.com.br
São Paulo

Nota Fiscal Paulista

Mexendo no programa o governo demitiu milhares de fiscais que trabalhavam, e de graça, pelo ideal do não à soneração. Votei, aliás, governador.

LUIS PAULO SOARES
soareslp@ig.com.br
São Paulo

"Perguntar não ofende: será que depois de ir para o brejo a vaca tosse?"

THARSIS SILVEIRA BARROS /
ARAÇARIGUAMA, SOBRE A CRISE
tharsis.silveira@bol.com.br

"Jogo de erros: nada justifica, neste momento, o otimismo de Dilma, a precipitação de Aécio e a mitomania de Lula"

RICARDO C. SIQUEIRA / NITERÓI (RJ), IDEM
ricardosiqueira@globo.com

HÁ 2.112 DIAS
POR DECISÃO JUDICIAL O ESTADO ESTÁ SOB O BRAZO DO CASO WWW.ESTADO.COM.BR / CENSURA

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

COMENTÁRIOS NO PORTAL E NO FACEBOOK

Jovens pegam 24 anos de internação

Quatro menores acusados de participar de estupro coletivo no Piauí são condenados

● "Muito se discute sobre direitos negados. Enquanto isso, inocentes morrem nas mãos de marginais travestidos de crianças."

TÉ PIRES

● "Este país é uma vergonha! A vida do cidadão não está valendo nada... Tenho vontade de ir embora daqui!"

CRISTINA UETAKE

● "Acho curioso notar que os comentários, em sua maioria, compartilham do mesmo espírito de barbárie dos condenados."

GIU ROMAN

O ESTADO DE S. PAULO

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3856-2122

Redação: 01 andar
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@estadao.com

O Estado reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) não será desconsiderada.

Central de atendimento ao assistente
Capital e Regiões Metropolitanas: 0800-014-77-20

Demais localidades: 0800-014-77-20

Central de atendimento ao leitor:

Fale com a redação: 3856-2122

Central de atendimento ao leitor:

Classificados por telefone: 3856-2001

Vendas de assinaturas: Capital: 3959-9000

Demais localidades: 0800-014-9000

Central de atendimento às agências de publicidade: 3959-2531 - eai@estadao.com

Pesquisa de opinião: 3959-2532 - e-mail: pesquisas@estadao.com.br

a sábado e R\$ 6,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC e DF: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 12,00 (domingo). ES, RS, GO, MT e MS: R\$ 5,00 (segunda a sábado) e R\$ 15,00 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 7,50 (segunda a sábado) e R\$ 15,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, PB, AP, TO e AL: R\$ 10,00 (segunda a sábado) e R\$ 20,00 (domingo).

Preços assinaturas: De segunda a domingo - SP e Grande São Paulo - R\$ 10,00 (segunda a sábado) e R\$ 20,00 (domingo).

Demais localidades e condições sob consulta.

Carga tributária federal: 3,65%.

PUBLICAÇÃO DA S.A. DO ESTADO DE S. PAULO